

Governo defende votação em julho

O governo está disposto a convocar o Congresso para trabalhar no recesso se a decisão não for tomada, nesta segunda-feira, pelos presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro, e do Senado, Mauro Benevides. Para evitar confronto com o Legislativo, o ministro Jorge Bornhausen vai conversar neste fim de semana com os dois presidentes, em busca de uma solução negociada. O Planalto quer garantir a votação urgente de seus projetos.

“Assunto que justifique a convocação, tem. A oportunidade é que precisa ser discutida”, disse Bornhausen. Se os presidentes do Legislativo temem que falte quórum para as votações num mês de férias, o governo usará esta hipótese. Bornhausen voltou a pensar na edição de medidas provisórias que convertam em lei os projetos encalhados no Congresso. “Tudo pode. Mas, no momento, ainda não é o caso”, desconversou.

Na relação de prioridades do governo está o Código de Propriedade Industrial, que sequer está na pauta de votações da Câmara.

A convocação pode dar uma vantagem adicional ao governo: o trabalho regular dos parlamentares dividiria as atenções hoje concentradas na CPI do caso PC. Mas isso não justificaria a convocação. Mesmo com a comissão, Bornhausen avalia que Câmara e Senado trabalharam a pleno vapor. “Embora a CPI tenha ocupado espaço, não prejudicou o ritmo de votações”, reconhece o ministro.

O Senado ficará mais sobrecarregado. À espera de votação, estão os seguintes projetos: concessão de serviços públicos, licitações, Advocacia Geral da União e limite de 60% para gastos de estados e municípios com pessoal. O projeto, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), gerou críticas de Bornhausen ao líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), por impedir sua votação urgente. O ministro anunciou que vai procurar o senador na próxima semana para conversar.